

INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA NAS CIÊNCIAS HUMANAS 2

**Gabriella Rossetti Ferreira
(Organizadora)**



Gabriella Rossetti Ferreira

(Organizadora)

Investigação Científica nas Ciências Humanas 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Karine de Lima
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
l62	Investigação científica nas ciências humanas 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Gabriella Rossetti Ferreira. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Investigação Científica nas Ciências Humanas; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-392-7 DOI 10.22533/at.ed.927191306 1. Ciências humanas. 2. Investigação científica. 3. Pesquisa social. I. Ferreira, Gabriella Rossetti. II.Série. CDD 300.72
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Investigação Científica nas Ciências Humanas -Parte 2” traz capítulos com diversos estudos que se completam na tarefa de contribuir, de forma profícua, para o leque de temas que envolvem o campo da educação.

O papel da investigação científica é amplamente debatido em todos os países desenvolvidos e conseqüentemente, faz parte de todas as agendas políticas. Assumamos, pois, a importância da investigação científica que levamos a cabo pela pertinência dos estudos desenvolvidos face de outros, e pelo impacto dos resultados junto da comunidade científica.

No caso da investigação científica em educação, é muito acentuada a relação entre investigação e política ou, se assim se quiser pensar, a dimensão política da investigação. Com efeito, a escolha dos temas reflete as preocupações dos investigadores, seja no aprofundamento de referenciais teóricos, seja na compreensão de problemas educativos e formas de os resolver.

É possível afirmar que sem pesquisa não há ensino. A ausência de pesquisa degrada o ensino a patamares típicos da reprodução imitativa. Entretanto, isto não pode levar ao extremo oposto, do professor que se quer apenas pesquisador, isolando-se no espaço da produção científica. Por vezes, há professores que se afastam do ensino, por estratégia, ou seja, porque do contrário não há tempo para pesquisa. Outros, porém, induzem à formação de uma casta, que passa a ver no ensino algo secundário e menor. Se a pesquisa é a razão do ensino, vale o reverso: o ensino é a razão da pesquisa, se não quisermos alimentar a ciência como prepotência a serviço de interesses particulares.

Transmitir conhecimento deve fazer parte do mesmo ato de pesquisa, seja sob a ótica de dar aulas, seja como socialização do saber, seja como divulgação socialmente relevante. (DEMO, 2001)

Para que se tenha um progresso na qualidade do ensino nos seus diversos níveis é necessário que a pesquisa exerça o papel principal dentro e fora de sala de aula, e que apresente um elo para com a prática pedagógica do docente, promovendo uma formação crítica e reflexiva.

Gabriella Rossetti Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
FICÇÃO - FERRAMENTA DO PENSAMENTO	
Marcus Fabio Galvão Facine	
DOI 10.22533/at.ed.9271913061	
CAPÍTULO 2	8
CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ESTÍMULOS PARA O SUCESSO NA ALFABETIZAÇÃO	
Isabela Censi	
Gabriella Rossetti Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.9271913062	
CAPÍTULO 3	16
FUNDAMENTOS PEDAGÓGICOS DA EDUCAÇÃO DOMICILIAR NO BRASIL: ANÁLISE DE SITES E BLOGS	
Martha Benevides da Costa	
Rafael Santiago de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.9271913063	
CAPÍTULO 4	28
HARRIET MARTINEAU, ALÉM DE SEU TEMPO	
Vitória Rodrigues Rocha Milioni	
Kevin Gustavo Alves de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.9271913064	
CAPÍTULO 5	39
HISTÓRIA, MEMÓRIA E COTIDIANO NAS CRÔNICAS DE RUBEM BRAGA	
Lucas de Oliveira Cheque	
DOI 10.22533/at.ed.9271913065	
CAPÍTULO 6	50
IDENTIDADE E EDUCAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE A PRESENÇA DA CATEGORIA IDENTIDADE NOS TRABALHOS CIENTÍFICOS APRESENTADOS NOS GT'S 03 E 23 DA ANPED NO PERÍODO DE 2003 A 2015	
Breno Alves dos Santos Blundi	
Maria Denise Guedes	
DOI 10.22533/at.ed.9271913066	
CAPÍTULO 7	61
INOVAÇÃO NAS AULAS DE MATEMÁTICA: O USO DE MANGÁS NO ENSINO DE ANÁLISE COMBINATÓRIA	
Luis Felipe Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.9271913067	

CAPÍTULO 8	68
LA VALORIZACIÓN DE LOS SABERES DE LA CULTURA DEL BUTIÁ EN SANTA VITÓRIA DO PALMAR (RS), BRASIL	
Bibiana Schiavini Gonçalves Toniazzo Laura Bibiana Boada Bilhalva	
DOI 10.22533/at.ed.9271913068	
CAPÍTULO 9	77
LÉXICO TABU E LA CASA DE PAPEL: OBSERVAÇÕES SOBRE A TRADUÇÃO DO PAR LINGUÍSTICO ESPANHOL-INGLÊS	
Denise Bordin da Silva Antônio Melissa Alves Baffi-Bonvino	
DOI 10.22533/at.ed.9271913069	
CAPÍTULO 10	89
MÃE SOCIAL: UM MODO DE EDUCAR ENTRE A VULNERABILIDADE E O ACOLHIMENTO	
Bruno da Silva Souza Romualdo Dias	
DOI 10.22533/at.ed.92719130610	
CAPÍTULO 11	98
MONITORAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA MUNICIPAL SOB A PERSPECTIVA SINDICAL	
Nayla Karoline Demilio Perez Brássica	
DOI 10.22533/at.ed.92719130611	
CAPÍTULO 12	114
NO PRESENTE O PASSADO REVELA-SE MAIS PRESENTE: PRÁTICAS DISCIPLINARES DE CASTIGOS ESCOLARES NAS DÉCADAS DE 1980 E 1990 EM SERRINHA-BA	
Angélica Silva Santos Selma Barros Daltro de Castro Ivonete Barreto Amorim Solange Mary Moreira Santos	
DOI 10.22533/at.ed.92719130612	
CAPÍTULO 13	120
NÚCLEO DE PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO: CONSTRUINDO PERCEPÇÕES POSSÍVEIS SOBRE A INSERÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO MUNDO DO TRABALHO	
Sibila Luft Ana Paula Parise Malavolta Clairton Basin Pivoto	
DOI 10.22533/at.ed.92719130613	
CAPÍTULO 14	130
UMA EXPERIÊNCIA DE CURSINHO POPULAR: ENTRE IMPLICAÇÕES E DESLOCAMENTOS	
Leonardo Paes Niero Romualdo Dias André Pereira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.92719130614	

CAPÍTULO 15	142
PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DA FCT/UNESP: UM OLHAR SOBRE SUA HISTÓRIA E PRODUÇÕES	
Jefferson Martins Costa Vanda Moreira Machado Lima Guilherme dos Santos Claudino	
DOI 10.22533/at.ed.92719130615	
CAPÍTULO 16	153
TERMÔMETRO MUNICIPAL: INDICADORES DE DESEMPENHO ECONÔMICO PARA O MUNICÍPIO DE SANTIAGO/RS	
Kamila Lazzeri Manzoni Francine Minuzzi Gorski Lucas Urach Sudati Lucineide de Fátima Marian Tiago Gorski Lacerda	
DOI 10.22533/at.ed.92719130616	
CAPÍTULO 17	164
O EQUILÍBRIO DE PODER EM “A POLÍTICA DE PODER” DE MARTIN WIGHT: ESTUDO INTRODUTÓRIO SOBRE A ESCOLA INGLESA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	
Theo Peixoto Scudellari Rafael Salatini de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.92719130617	
CAPÍTULO 18	176
ARTE E TECNOLOGIA – APLICAÇÃO DE ARDUINO NA MONTAGEM DE UM MONITOR 3D “CUBE LED” (CUBO DE DIODO EMISSOR DE LUZ)	
Rodolfo Nucci Porsani Luiz Antonio Vasques Hellmeister Augusto Seolin Jurisato	
DOI 10.22533/at.ed.92719130618	
CAPÍTULO 19	188
CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS NA CIDADE CONTEMPORÂNEA: O CASO DO PARQUE ECOLÓGICO NELSON BUGALHO (PRESIDENTE PRUDENTE – SP)	
Patrícia Cereda de Azevedo Eda Maria Góes	
DOI 10.22533/at.ed.92719130619	
CAPÍTULO 20	200
O LEVIATÃ NO SÉCULO XXI: UM ESTUDO A PARTIR DE HOBBS DO “USA PATRIOT ACT”	
Luís Felipe Mendes Felício	
DOI 10.22533/at.ed.92719130620	
CAPÍTULO 21	211
O RE-APRENDIZADO DE PESSOAS DEFICIENTES VISUAIS A PARTIR DA FASE ADULTA NOS ESPAÇOS SOCIAIS	
Simone Aires da Silva Rúbia Emmel	
DOI 10.22533/at.ed.92719130621	

CAPÍTULO 22 223

O RETORNO DO INTERNAMENTO DOS INDIVÍDUOS DESVIANTES NO BRASIL: UMA ANÁLISE SOBRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POBREZA E DA LOUCURA

Letícia Lafelix Minari

Hélio Rebello Cardoso Júnior

DOI 10.22533/at.ed.92719130622

SOBRE A ORGANIZADORA..... 235

MONITORAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA MUNICIPAL SOB A PERSPECTIVA SINDICAL

Nayla Karoline Demilio Perez Brássica

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara FCLAr/UNESP
Araraquara – São Paulo

RESUMO: A transparência pública é condição para que se estabeleça entre sociedade e Poder Público relações mais democráticas e republicanas, resultando maior envolvimento dos indivíduos no trato da *res pública*. No Brasil há instrumentos legais que amparam a participação e o controle social e incentivam a fiscalização dos atos governamentais pelo povo. No entanto, efetivo envolvimento só ocorre a partir do momento em que tanto agentes quanto interessados no resultado da ação estão equilibrados no que tange à posse de informações públicas e à capacidade de compreender essas informações, o que exige, por parte do principal, explorar os instrumentos legais que favorecem essa participação, e, por parte do agente, colaboração no momento de disponibilizar as informações demandadas e obrigatórias por lei, de modo a gerar simetria informacional na relação entre agente e principal. Através da realização de análises das finanças públicas municipais das prefeituras da base do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Araraquara e Região, por meio da

construção do Painel Financeiro Municipal e de blogs de Transparência Orçamentária Municipal, o presente trabalho visa apontar os impactos da redução da assimetria de informação em negociações sindicais, proporcionada pela parceria de estágio firmada entre a Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara e o SISMAR, por meio do monitoramento da gestão orçamentária e financeira das prefeituras da base sindical; parceria esta que pode ser um modelo na busca de soluções para sanar o déficit de oportunidades de estágio qualificado para os discentes do curso de Administração Pública da FCL/Ar.

PALAVRAS-CHAVE: Assimetria de Informação. Transparência Orçamentária Municipal. Finanças Públicas Municipais. Acesso à Informação. Relações Sindicais.

1 | INTRODUÇÃO

A transparência orçamentária é um tema debatido na sociedade contemporânea, alcançando o ambiente das universidades, mormente aquelas onde existem cursos de graduação pertencentes ao Campo de Públicas, ou seja, que trabalham constantemente para o aprimoramento, desenvolvimento, dinamização e progresso da *res publica*. Com o debate acadêmico se cruza aquele travado em

outros espaços da sociedade, como órgãos de governo, entidades representativas (sindicatos, associações), prefeituras e câmaras municipais, no que tange municípios. As soluções provenientes dessa discussão, obtidas através de estudos e tomada de decisões para sanar problemas com a falta de transparência, caminham na direção da redução da assimetria de informação, e devolvem ao agente o seu *status* essencial – o de prestador de serviços e zelador de garantias para a sociedade como um todo, quando a relação de agência é republicana.

Para garantir a simetria informacional é necessário (embora não suficiente) que o Estado, enquanto prestador de serviços e, por isso, tomador de decisões, divulgue todas as informações referentes a tudo que envolva o processo decisório, seus encaminhamentos e resultados: produção de atos normativos, decisões da gestão, documentos dos processos ocorridos na administração, deliberações acerca do uso da arrecadação de receitas e empenho, liquidação e pagamento de despesas, por exemplo. Mais que isso: é imprescindível que a população (a quem é destinado o trabalho da administração pública) compreenda o que foi que o Poder Executivo decidiu acerca dos meios e fins de seu mister e quanto, como e quais os recursos foram utilizados para tanto, de forma que a linguagem a ser utilizada para dar publicidade aos atos seja apropriada, clara e de fácil compreensão por todos.

A assimetria de informação é percebida pela sociedade como um todo, o que resulta em altos índices de desconfiança da população para com os governos. Essa distorção informativa atinge também, apesar de sua proximidade com o fazer governamental, instituições que lutam pela melhoria na qualidade dos serviços públicos e por benefícios da categoria de servidores públicos, trabalhadores da máquina pública (como os sindicatos de servidores públicos), pois, para que sejam conquistados avanços nestes âmbitos, é necessária mobilização de um grande volume de recursos financeiros – e, se tratando do dinheiro que pulsa nas veias da Administração Pública, muito do que será feito com ele depende das prioridades da gestão eleita e do embate político existente em torno do orçamento e finanças públicas.

No município de Araraquara, no Estado de São Paulo, o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Araraquara e Região (SISMAR) é a entidade representativa da categoria de servidores públicos municipais de Araraquara e outros oito municípios: Américo Brasiliense, Boa Esperança do Sul, Gavião Peixoto, Motuca, Nova Europa, Santa Lúcia, Trabiçu e Ribeirão Bonito. Durante o período da data-base, momento em que o sindicato entra em contato intensamente com a categoria e estabelece pautas de reivindicações de melhoria das condições de trabalho, reajustes e ganhos reais sobre o salário base e outros benefícios, e efetua o protocolo da pauta de reivindicações nas prefeituras, a entidade sindical participa de diversas negociações com as prefeituras, onde os dirigentes sindicais lidam diretamente com prefeitos, secretários de finanças, comissionados e técnicos especializados em diversas áreas da gestão pública, principalmente em orçamento e finanças.

Nas negociações, o SISMAR se via constrangido a argumentar às cegas nas

mesas de negociações com as prefeituras, em geral reticentes para conceder aumentos e reajustes para seus servidores – não havia nenhum profissional com formação tecnopolítica adequada para pesquisar e interpretar dados financeiros e embasar a argumentação do sindicato nos embates. Então, havia uma tendência a favorecer as prioridades da gestão municipal; toda a equipe de governo se utilizava de um arcabouço técnico inacessível para os não conhecedores do assunto, para dissuadir o sindicato a reduzir suas pretensões, sob o argumento de impossibilidade financeira da parte da prefeitura, sempre premida pelos rigores da responsabilidade fiscal. O sindicato terminava sempre numa posição vulnerável, por não dispor de dados claros para embasar seus argumentos e, assim, contrapor-se aos “especialistas” do outro lado da mesa. O desequilíbrio informacional impedia o sindicato de avançar na busca de melhorias substanciais para a categoria, a prefeitura em geral se beneficiando desse estado de coisas, que a teoria econômica recente denominou assimetria de informação.

Diante desse quadro e dessa fragilização, alguns diretores do SISMAR, procuraram ajuda na universidade. Inicialmente, contataram o líder do Grupo de Pesquisa sobre o Controle Social do Gasto Público (GPCGP), do Departamento de Administração Pública da UNESP, Prof. Dr. Valdemir Pires, para averiguar a possibilidade de sua consultoria nos processos de negociação. O que foi proposto, em contrapartida, revelou-se mais conveniente para o sindicato e para o Curso de Administração Pública da UNESP e seus alunos: uma parceria com a Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, na qual oportunidades de estágio qualificadas (inclusive um remunerado, o do estagiário-pivô, auxiliar no relacionamento entre o orientador dos estagiários e o supervisor no sindicato) seriam oferecidas, em número de dez, para que o sindicato fosse, paulatinamente, cercado de informações sistemáticas para uso não só nas negociações salariais, mas em todas as frentes de atuação da entidade, também preocupada com a transparência orçamentária para a população em geral. O bolsista-pivô, nesse acordo, figura como aquele que também atuaria no sindicato, atendendo solicitações quotidianas dos diretores, também coordenando, sob orientação do professor, a equipe dos nove estagiários que cumpriram o estágio obrigatório não remunerado de maneira flexível. Cada um dos estagiários ficou responsável por levantar e organizar informações orçamentárias e financeiras pertinentes a um município da base sindical, atribuído no projeto de estágio necessário à matrícula na atividade. Dessa forma, o sindicato ganharia uma equipe para fazer as análises financeiras das respectivas municipalidades, subsidiando-o nas negociações, e produziriam blogs de Transparência Orçamentária Municipal via Internet (TOM Web) e, portanto, viabilizaria um projeto de extensão informal a baixo custo, responsável por atenuar em grande parte o déficit de estágios de qualidade para os estudantes de Administração Pública da FCL/Ar, por propiciar a imersão dos estudantes em sua área de formação.

2 | O DESAFIO DA REDUÇÃO DA ASSIMETRIA DE INFORMAÇÃO EM NEGOCIAÇÕES SALARIAIS ENTRE SINDICATO DE SERVIDORES MUNICIPAIS E PREFEITURA

Governos transparentes e responsáveis promovem relações guiadas pelo espírito republicano e democrático, o que, conseqüentemente, acarreta maiores índices de confiança e credibilidade junto à população, entidades sindicais e organizações sociais. Mas, para que um governo se enquadre na qualidade de transparente, deve-se partir do princípio de que este opere dentro de uma cultura que conceba o acesso à informação como um direito inalienável do cidadão e como condição que é possibilitadora do amadurecimento das organizações, ao passo de que o desenvolvimento das relações é fortalecido por relação de maior confiança. Sendo uma das etapas para isso a *accountability*, a transparência pública deve estabelecer relações de equilíbrio informacional entre agente (governo, uma vez que este estudo versa especificamente sobre governos locais) e principal – a população, no caso.

A assimetria informacional se dá quando em um dos lados componentes de relações de interdependência (em uma negociação, por exemplo) se concentra a posse e domínio de informação, - não há equilíbrio na posse e domínio da informação por parte de ambos os lados envolvidos e, caso houvesse esse equilíbrio, haveria, portanto, simetria informacional. Em relações em que há assimetria de informação, tem-se governos que operam sob práticas de má governança, o que dá abertura para transgressões dos princípios da Administração Pública, ensejando oportunidades para o aparecimento de mazelas difíceis de serem superadas (corrupção, práticas clientelistas, entre outros atos que não condizem com princípios democráticos e republicanos). Ultrapassando o âmbito da teoria, na prática, a assimetria informacional pôde ser claramente observada entre os dirigentes das nove prefeituras da base do SISMAR (Américo Brasiliense, Araraquara, Boa Esperança do Sul, Gavião Peixoto, Motuca, Nova Europa, Ribeirão Bonito, Santa Lúcia e Trabiçu) e os diretores sindicais durante as negociações da data-base do ano de 2017, ocasião em que foi firmada a parceria de estágio objeto deste artigo.

O período da data-base é o momento em que o sindicato se comunica com intensidade com a categoria dos servidores e, através de assembleias, diálogos com representantes de comissões de servidores e visitas à base, conseguem pautar aspectos do trabalho do funcionalismo que necessitam de melhorias, como carga horária a ser cumprida pelo trabalhador, majoração do vale-alimentação, direito a faltas abonadas, prêmios assiduidade, vales refeição e alimentação, e, principalmente, acréscimos de ganho real sobre os salários-base e reposição das perdas inflacionárias. Elaboradas as pautas, estas são enviadas aos chefes dos poderes executivos de cada um dos nove municípios e, então, inicia-se o período de negociações entre os dirigentes sindicais, conjuntamente com comissões de servidores e prefeitos, secretários de finanças, servidores comissionados designados pelas prefeituras.

No desenrolar deste processo decisório ocorrem diversas reuniões entre sindicato e prefeituras, e, caso ocorram impasses e choques argumentativos no processo de barganha que não permitam que seja dada continuidade ao processo de negociação, estas passam a ocorrer na Gerência Regional do Trabalho e Emprego (GRT) de Araraquara, com o auxílio de um mediador. Esse processo de discussão das pautas do funcionalismo é envolto por aspectos da administração pública que tangem à implementação de políticas: jogos políticos, a vontade política do governante, a agenda do governo (o que é prioridade ou deixa de ser naquela gestão), os entraves da barganha pelo processo decisório ser composto também pelos grupos de pressão, a execução financeira e orçamentária, a legislação que trata sobre o assunto de finanças públicas, relação da administração pública com organizações da sociedade civil, etc.

Dos tópicos elencados pelos servidores públicos municipais na pauta da data-base, os mais delicados são os de ganho real aplicado sobre o salário-base e o de reajuste salarial. Isto porque os impactos deste tópico se dão diretamente sobre a execução financeira do município, avolumando os gastos com a despesa de pessoal. As receitas que bancam a despesa com pessoal são as receitas correntes, mesma categoria econômica de receita que também é utilizada para custear as despesas com material de consumo e dívidas de curto prazo da prefeitura, como restos a pagar, por exemplo. Por se tratar de uma receita que mantém aquilo que já existe na máquina pública e por ser a categoria de receita de maior substância dentro do orçamento, e que, conseqüentemente atende às maiores cifras de despesas (receitas correntes atendem diretamente despesas correntes), existem mecanismos fundamentais que colaboram para disciplinar a utilização dos montantes advindos destas fontes de tributação: a Lei Complementar 101/00, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estabelece diversos parâmetros de dispêndio de receita dentro da administração pública (municipal, estadual e federal) e, no que tange o funcionalismo público, limita os gastos com a despesa de pessoal (também nas três esferas), sendo que os municípios estão autorizados a utilizar até 60% da Receita Corrente Líquida (RCL) para pagamento deste elemento. Destes 60%, 6% são destinados para o Poder Legislativo, e os 54% restantes, para o Poder Executivo - existindo um “limite prudencial” deste gasto, uma espécie de alerta à execução, fixado em 51,3%. Portanto, esta despesa não poderá ultrapassar os 54% imposto pela LRF, e, caso esse limite seja transposto, o Poder Executivo poderá se ver diante de sanções e deverá colocar em prática imediatamente medidas que reduzam a despesa.

Os limites impostos pela LRF compõem um dos principais argumentos das administrações públicas locais para se contrapor às reivindicações salariais do sindicato nas negociações, conjuntamente com alegações de que a prefeitura possui muitas dívidas a serem pagas, como restos a pagar, dívidas com precatórios trabalhistas, com o Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) entre outras, e que o dinheiro destinado para pagamento dos salários já está comprometido com estas

obrigações. E, para respaldar toda a argumentação, se utilizam de uma explanação detalhada sobre a situação financeira e orçamentária da prefeitura, a fim de convencer os dirigentes sindicais e os servidores de que há uma impossibilidade de ceder a um reajuste (os ganhos reais na maioria das vezes não são minimamente abordados pelos secretários de finanças, prefeitos e comissionados). As referidas explanações (na maioria das vezes, feitas por contadores e outros técnicos) valem-se da tecnicidade, indumentária da linguagem orçamentária para gerar convencimento por parte das prefeituras sobre a entidade sindical/categoria. Tal ocorrência pôde ser observada durante uma mesa de negociação ocorrida no período da data-base no município de Araraquara - o comportamento verificado é um exemplo claro de como a assimetria de informação pode ser utilizada como ferramenta de poder para atender aos objetivos e interesses daquele que detém maior posse de dados.

O SISMAR, órgão que representa uma grande parcela de trabalhadores nos municípios, apresentava (até antes da referida parceria com a UNESP/FCL-Ar/GPCGP) uma substancial dificuldade na interpretação destes números, embora houvesse por parte de seus dirigentes o ímpeto de investigar a veracidade de todas as informações apresentadas referentes às finanças e ao orçamento e também o esforço de conseguir apreender algo a partir das informações disponibilizadas nos demonstrativos contábeis da execução dos exercícios, para, assim, enfim, desenvolver argumentos mais qualificados nas negociações e capazes de contrapor ou ao menos informar os próprios dirigentes sobre a situação das finanças públicas das prefeituras da base sindical. Entretanto, por serem documentos estritamente contábeis e pelo fato de os portais da transparência das prefeituras da base sindical nunca disponibilizarem manuais ou tutoriais que indicassem para o indivíduo interessado na temática das finanças onde poderia ser encontrada determinada informação, ou como um demonstrativo poderia ser interpretado, os diretores, por terem natural e esperada dificuldade na leitura dos documentos (dificuldade esta sentida em menor grau estritamente pelos técnicos no assunto ou sujeitos que estudaram a fundo a temática) não obtinham, portanto, as informações almejadas e nem eram capazes de fazer inferências a partir dos documentos consultados. Ademais, o sindicato não contava com um profissional habilitado tecnicamente para interpretar os dados trazidos pelas administrações e disponibilizados nos portais da transparência, o que, portanto, condicionava o sindicato a participar das negociações quase completamente “às cegas” e propiciava uma grande margem às prefeituras para utilizarem-se da demasiada assimetria informacional a favor dos interesses e prioridades da gestão, raramente favoráveis aos interesses do funcionalismo público, mormente em momentos de crise.

Que as prefeituras da base sindical não estão de posse das melhores condições financeiras nos últimos anos, é verdade, porém é verdade também que a categoria de servidores já sofre demasiadamente, amargando perdas salariais que não conseguirão ser recompostas pelos executivos com facilidade diante do atual panorama financeiro e fiscal que a administração pública tem enfrentado, principalmente as administrações

públicas de municípios de pequeno porte, como é o caso da maioria dos pertencentes à base sindical.

Foi observado, através do acompanhamento dos portais da transparência dessas nove prefeituras, e ao longo do contato feito com chefes dos Poderes Executivos locais e respectivas equipes de governo, que a transparência pública não é tida como política pública, necessitando, dessa forma, de um processo de amadurecimento e mudança na cultura do trato da transparência e de todos os instrumentos estabelecidos em lei para o alcance desta. Se, como preconizado em lei, a disponibilização de informações pormenorizadas referentes à execução realmente se cumprisse em tempo real e acompanhada de incentivo da participação popular, de forma que o Poder Público colaborasse estabelecendo meios didáticos e acessíveis de envolvimento e de aumento qualitativo da compreensão (no que se refere à linguagem e forma de abordagem adotada no trato do assunto) dos indivíduos leigos interessados na matéria de finanças e orçamento (categoria de servidores, estudantes e demais sujeitos), os cidadãos teriam, então, recursos para que pudessem efetivamente cooperar com as decisões da administração pública, o que acarretaria uma participação social mais sólida e efetivamente democrática - isto porque mesmo que as prefeituras disponibilizem informações sobre suas respectivas execuções, ainda que de vários exercícios organizadamente, não implica, necessariamente, que esta seja uma organização transparente.

Tal iniciativa também teria efeitos positivos sobre a redução da assimetria que atingia o sindicato, já que, por envolvimento direto com o Poder Público, estes teriam oportunidade de aprendizado através dessa relação bilateral; ou simplesmente que o sindicato contasse com um profissional com um recorte formacional tecnopolítico, capaz de interpretar todo o conjunto de informações das situações financeiras municipais, de maneira que os dirigentes sindicais fossem informados em linguagem simples e coerente sobre a execução das contas públicas dos municípios da base, atenuando os efeitos da insuficiente transparência orçamentária e financeira percebida em todos eles.

3 | O DESAFIO DA TRANSPARÊNCIA ORÇAMENTÁRIA MUNICIPAL E UMA SOLUÇÃO: TOM WEB

A transparência orçamentária a nível municipal na base sindical do SISMAR foi alvo de intensas discussões entre a equipe de estagiários da parceria firmada. Prefeituras mantêm portais paralelos e redundantes (identificados como “Contas Públicas”, “Portal da Transparência” e um menu com tópicos para consulta de documentos da execução - como por exemplo o município de Santa Lúcia, Ribeirão Bonito) - e, como constatado, incompletos; outros municípios (como Trabiju, Boa Esperança do Sul, Gavião Peixoto, Américo Brasiliense, Motuca e Nova Europa) terceirizam a elaboração e alimentação para empresas que gerenciam este tipo de software, o que acaba também por ofuscar

a linha limitadora entre o que é de competência da prefeitura e da empresa prestadora do serviço no que tange o acesso à informação, na perspectiva dos próprios servidores municipais (houve um caso específico num dos municípios em que, quando foi protocolado um ofício de solicitação de acesso à informação por um diretor e pela estagiária-pivô do projeto, a servidora que recebeu o pedido manifestou insatisfação aos remetentes declarando que, caso mais pessoas solicitassem informações, que se dirigissem à empresa mantenedora do portal ou que procurassem o próprio sindicato).

Todos os portais apresentam falhas na disponibilização documental, lacunas temporais de divulgação maiores do que as impostas para a produção dos documentos e exigida pela lei, e, no tocante à linguagem adotada para tratamento documental, esta não é nenhum pouco acessível para leigos no assunto. Dentre as falhas averiguadas, uma das mais graves (e menos perceptível para a categoria de servidores e sociedade como um todo, mas muito prejudicial ao sindicato) é, sem dúvida, a ausência de respostas aos ofícios enviados às prefeituras solicitando informações sobre as execuções e demais esclarecimentos dos números pesquisados das prefeituras - aqui, uma denúncia à transgressão da lei de acesso à informação. Durante o ano de 2017, até o momento da conclusão do relatório da estagiária-pivô foram enviados aproximadamente vinte e três ofícios para as nove cidades da base sindical, e somente dois municípios responderam: Motuca e Américo Brasiliense, sendo que somente a segunda prefeitura respondeu em formato de ofício - a primeira, respondeu através de um e-mail enviado para o endereço eletrônico do sindicato.

As referidas falhas evidenciam um comportamento das prefeituras de pouca maturidade no cumprimento da legislação vigente acerca da transparência - conceito pouco amadurecido no seio das municipalidades tratadas neste artigo. Não obstante, a transparência é um dos instrumentos da *accountability* que mais fortalece o princípio da democracia na relação administração pública/sociedade, e, quanto mais a transparência é trabalhada no seio das instituições, mais amadurecimento é estimulado; e quanto mais transparente uma instituição é, mais amadurecida ela tende a ser. Democracia e transparência são conceitos que caminham lado a lado, pois, essa relação bilateral, animada por princípios republicanos, gera um fortalecimento mútuo que suscita o trato da coisa pública com respeito e responsabilidade por parte das instituições (PIRES, 2010).

O republicanismo, aliado à redução da assimetria de informação através de efetiva transparência, leva a mais democracia e, paralelamente, reduz as hipóteses de ocorrência de abusos, corrupção, práticas clientelistas e patrimonialistas no âmbito da administração pública (LOPES, 2007). Práticas de controle e fiscalização pelos agentes públicos são premissa para que estes assumam seus cargos fazendo jus à subordinação à *res pública*, o que configura uma *accountability* vertical e horizontal (através do voto nas eleições e do sistema de *check and balances*, respectivamente). No entanto, a descrença no sistema representativo brasileiro por parte da sociedade e demais órgãos representativos nela contidos é fruto do crescente desrespeito por

parte dos agentes eleitos e do mister dos poderes executivo, legislativo e judiciário não ser dedicado à defesa integral da *res publica* e seu constante desenvolvimento.

Denotado tal cenário, permeado de descrença e desconfiança, surge uma possibilidade: a *accountability societal*, caracterizada pela fiscalização por parte da sociedade e seus órgãos sobre os atos da administração pública. Mas a consolidação deste último só pode se dar através de informações simétricas, que, por sua vez, exigem uma postura de proatividade por parte dos governos - ou então, na ausência dessa proatividade, a simetria informacional poderá ocorrer através de pressões de grupos, indivíduos, entidades, o que reclama participação social.

Favorecendo-se da *accountability societal*, um dos produtos elaborados pelo estágio foi a criação e alimentação de blogs de Transparência Orçamentária Municipal via Internet (TOM Web), sugerido por Pires (2010) como forma de realizar uma fiscalização de baixo custo e que atenda aos requisitos de divulgação através da utilização da tecnologia disponível, como definido pelas leis 101/00 (LRF), 131/09 (que estabelece a disponibilização de documentos da execução financeira e orçamentária pública dos entes públicos em tempo real) e 12.527/11 (LAI). Através dos blogs TOM Web, o sindicato trabalharia com a missão de fortalecer princípios da transparência através da participação social e da demanda da disponibilização documental exigida por lei; como forma também de instrumento educativo, visto a linguagem didática utilizada, as explicações formuladas pelos estagiários e publicadas acerca do conteúdo do blog e o público ao qual é destinado - a categoria de servidores públicos municipais. Mas, por se tratar de um blog situado em uma rede mundial de computadores, todo aquele que for interessado em conhecer um pouco mais sobre a realidade financeira e orçamentária do município beneficiado pela parceria, independentemente de ser servidor público municipal, poderia ter acesso. Ademais, a TOM Web funcionaria também como banco de dados das informações atinentes às finanças públicas municipais da base sindical, sendo, dessa maneira, possível aos dirigentes que consultassem informações relativas a determinada municipalidade quando lhes fosse conveniente.

4 | PARCERIA UNIVERSIDADE-SINDICATO NA BUSCA DE TOM WEB E DE REDUÇÃO DA ASSIMETRIA DE INFORMAÇÃO

Com quase 30 anos de uma caminhada permeada por lutas, o SISMAR, entidade sindical que representa aproximadamente 10 mil servidores em sua base regional, conquistou muitos benefícios e defendeu os direitos dos servidores municipais ante às precarizações e desrespeito aos direitos trabalhistas, por meio de um envolvimento intenso com a causa, com sua atuação combativa e com sua diretoria muito qualificada, diga-se de passagem - atualmente, conta com profissionais graduados e técnicos em diversas áreas. Porém, mesmo a qualificação e atuação estratégica do sindicato não foi suficiente para o trato com as finanças, assunto demasiadamente hermético, como amplamente se reconhece.

No período da data-base, como já exposto anteriormente, é comum que prefeituras se utilizem da grande assimetria de informação existente para forçar o sindicato a ceder às propostas de reajustes e ganhos reais sobre o salário base, valendo-se da tecnicidade da matéria de orçamento e finanças para gerar o forçado convencimento. Apesar do esforço de vários dirigentes em buscarem informações financeiras nos respectivos portais da transparência municipal para contraporem e compararem as informações apresentadas até então, as pesquisas eram sempre frustradas, pois, apesar de encontrarem os demonstrativos da execução financeira e orçamentária, não possuíam o conhecimento técnico necessário para realizar interpretações e inferências corretas a partir da leitura destes documentos.

Diante dessa dificuldade e orientados pelo desejo de trabalharem nas negociações sindicais com argumentos mais qualificados e legítimos no que tange às finanças municipais, alguns diretores buscaram o Prof. Dr. Valdemir Aparecido Pires, a fim de orçarem um serviço de consultoria financeira dos municípios da base sindical por meio da realização de um convênio, como artifício para atenuar os efeitos da assimetria informacional existente. Como líder do Grupo de Pesquisa sobre o Controle Social do Gasto Público (GPCGP) e docente do curso de Administração Pública da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (a FCLAr/UNESP), o professor ofereceu a solução de realizar-se uma parceria de estágio com os estudantes do curso, sendo que, para atender à alta carência informacional por parte do sindicato, contaria com uma equipe de dez estagiários - nove para trabalharem com cada município da base individualmente e um estagiário-pivô (uma estagiária, na verdade, na primeira experiência), para orientar a equipe com os instrumentos da prática do estágio e atender às demandas imediatas da diretoria. Todos os estagiários trabalhariam para/com o sindicato no âmbito do estágio obrigatório curricular supervisionado e como “consultores” para auxiliar o sindicato na qualificação argumentativa exigida pelas negociações. Assim sendo, o sindicato seria responsável por pagar uma única bolsa, destinada ao estagiário-pivô da equipe, que teria o compromisso de frequentar o SISMAR três dias por semana e nos outros dois e quando houvesse a necessidade; nos demais dias, trabalharia na universidade, sob orientação do professor-orientador de seu estágio; teria o comprometimento de trabalhar com os estudantes, em plantões de orientação, quando fosse solicitado e quando houvesse a necessidade de ofertar. Os outros estagiários cumpririam, de forma flexível, a carga horária imposta pelo estágio, sem remuneração.

O projeto de extensão informal no âmbito do estágio curricular reduziu, em parte, o déficit de oportunidades de estágio obrigatório para os estudantes de administração pública e, além disso, aos integrantes do projeto trouxe conhecimentos práticos acerca de análises financeiras e aproximou-os da realidade da transparência implementada pelos municípios, e, com a bagagem teórica adquirida durante a graduação, aliada à reflexão posterior ao momento das pesquisas de dados nos portais municipais e outros, tem-se um fortalecimento do ensino, pesquisa e extensão propiciado pela intensa práxis vivenciada no desenvolvimento das incumbências do estágio (cumprindo

efetivamente o papel de ser uma prática formativa da graduação, do ensino), o que, de forma muito didática, agrega generosamente à formação dos alunos e dá sentido ao tripé acadêmico, pois, através da parceria, foram estabelecidas relações entre a sala de aula, a pesquisa acadêmica e a sociedade.

Além dos conhecimentos práticos adquiridos sobre a realização de análises financeiras (através da alimentação de um Painel Financeiro Municipal, o primeiro produto do estágio) os estudantes também produziram, em um segundo momento, blogs de Transparência Orçamentária Municipal via Internet, os TOM Web. Além de estarem em contato com a elaboração de um sítio eletrônico, os estagiários deveriam se voltar para a publicação das descobertas financeiras e orçamentárias obtidas através das análises, além de documentos referentes ao planejamento orçamentário, compras públicas e informações referentes ao município, mas, com um diferencial - a linguagem a ser adotada nos blogs deveria ser a mais simplificada possível, sem se valer da tecnicidade e do academicismo para conceber explicações acerca dos assuntos tratados no blog para dirigentes sindicais e categoria de servidores.

5 | OS PRODUTOS DA PARCERIA UNESP/GPCGP-SISMAR

Os produtos elaborados pela parceria de estágio buscam, sinteticamente, analisar as finanças públicas municipais da base sindical e disponibilizá-las de forma didática e em linguagem de fácil compreensão na internet (por meio do Painel Financeiro Municipal - PFM e blog de Transparência Orçamentária Municipal via Internet - TOM Web). Ambas as ferramentas, juntas, fornecem ao sindicato informações fundamentais acerca da execução financeira e orçamentária municipal que conferem aos argumentos dos dirigentes sindicais durante as negociações da data-base um salto no nível da qualidade, o que lhes outorga maior legitimidade no momento dos debates frente às prefeituras e, ao mesmo tempo, reforça o trabalho da entidade orientado ao princípio da transparência, além de reduzir significativamente a assimetria de informação.

O Painel Financeiro Municipal (PFM) é uma pasta de trabalho no software Microsoft Excel desenvolvida por pesquisadores do GPCGP sob orientação do Prof. Dr. Valdemir Pires. Atualmente, contamos com dois tipos de painéis: o de Curto prazo, que analisa a execução orçamentária ao longo de um exercício – dinâmica da receita, despesa empenhada, liquidada e paga; e o de Longo Prazo. O PFM – Longo Prazo tem como finalidade analisar o comportamento da receita e da despesa de determinada municipalidade, assim como a evolução do Índice Valor Adicionado (IVA) e Índice de Participação Municipal (IPM) na arrecadação do ICMS – determinante de uma importante receita municipal. Conta também com um deflator, que atualiza os valores nominais e transforma-os em reais, alocando-os em planilhas de valores reais – importantes para a análise da evolução cronológica das receitas e despesas. Além disso, contém gráficos que possuem o papel de sintetizar os dados que alimentaram as planilhas e descomplicam a tarefa de analisar as finanças municipais, vista a

capacidade gráfica de visualização que a ferramenta oferece. Não são analisadas a totalidade das receitas e despesas dos municípios, mas sim as mais representativas dentro da execução financeira e orçamentária na série histórica de 2009 a 2016.

As informações de cada item do PFM são pesquisadas, inicialmente, nos portais da transparência das respectivas prefeituras. Quando não encontrados, são enviados ofícios elaborados pelos estagiários através do sindicato aos poderes executivos locais solicitando a disponibilização do dado ausente no sítio eletrônico. Para que o trabalho não seja interrompido, buscam-se as informações em outras bases de dados, de outros entes da federação ou plataformas de dados diversas. Por isso, as fontes das informações de um mesmo painel pode ser a mais variada possível, vista a incompletude dos portais e a necessidade de buscar em outros quando se verifica a ausência do dado no qual se está pesquisando.

Os blogs de Transparência Orçamentária Municipal via Internet conterão as informações apreendidas através da construção dos PFM e muitas outras referentes ao município. Os blogs TOM Web foram pensados como uma ferramenta que funcionaria como banco de dados dos dirigentes sindicais para que estes buscassem as informações pertinentes às negociações a qualquer momento e como ferramenta educativa sobre finanças e orçamento, para o próprio sindicato, categoria de servidores municipais e população.

6 | IMPACTOS DO PROJETO

A pactuação da parceria entre SISMAR e UNESP chamou atenção da mídia local e também das prefeituras da base sindical. Diversas notícias foram publicadas no período e em diversos portais. O trabalho realizado pela equipe da parceria trouxe bons resultados: dirigentes sindicais passaram a ter conhecimento sobre as finanças e o orçamento das prefeituras da base sindical, a parceria foi estratégica para lograr argumentos qualificados nas negociações com as prefeituras, a elaboração dos blogs TOM Webs reforçou o trabalho do sindicato orientado à transparência das contas públicas - e o que se percebe, após o apanhado de bons resultados, é que o estágio conseguiu reduzir a assimetria de informação que tanto afetava e prejudicava a entidade no trato com os poderes executivos locais, fortalecendo, assim, a densificação do republicanismo nas relações. Além disso, reajustes salariais expressivos (diante das propostas das administrações) foram conquistados após a efetivação da parceria – como é o caso dos municípios de Gavião Peixoto (10%), Américo Brasiliense (6%) e Ribeirão Bonito e Trabiju (4,69%).

Contudo, houveram âmbitos do estágio em que, mesmo sendo realizado um árduo trabalho, não foi possível ir mais adiante: a falta de transparência das prefeituras continua a existir, e, mesmo com a pressão do sindicato exercida através da realização da parceria, as prefeituras continuam atrasando a publicação de relatórios e demonstrativos, algumas publicações seguem permeadas de lacunas, e o sindicato

segue sem respostas aos ofícios de acesso à informação que foram enviados ao longo do ano (com exceção dos municípios de Motuca e Américo Brasiliense, como já exposto), infringindo, dessa forma, a Lei de Acesso à Informação no que tange os prazos impostos para respostas às solicitações.

Desde o início das atividades da parceria, toda a diretoria do sindicato mostrou-se extremamente empolgada e receptiva com todos os estudantes do curso de Administração Pública. Todos os diretores sempre foram muito acessíveis ao diálogo e, na mesma proporção, deram total liberdade ao corpo de estagiários para trabalhar da forma que fosse mais conveniente e também com total poder de decisão sobre todas as incumbências do estágio. Para um curso que possui um sério déficit de oportunidades de estágio qualificadas e que realmente insiram os estudantes em sua área de atuação com práticas formativas, a parceria de estágio firmada é um perfeito exemplo de como contribuir com a formação dos graduandos em Administração Pública e, portanto, um modelo a ser replicado em outras instituições e organizações, tanto pelas oportunidades de estágios que realmente contribuirão aos estudantes, quanto pelo leque de possibilidades que o modelo abre. O estágio colaborou vastamente para a formação dos estagiários, pois, ao acumularem conhecimento acerca de análises financeiras e orçamentárias, puderam disseminar todo o aprendizado em atividades acadêmicas dentro e fora da sala de aula (como XVI Encontro Nacional dos Estudantes dos Cursos do Campo de Públicas (ENECAP), XXIX Congresso de Iniciação Científica da Unesp e XXI Semana Acadêmica de Administração Pública (SEMAP)), sendo devidamente certificados pelas participações, o que agrega significativamente ao currículo e trajetória acadêmica em construção.

Boas iniciativas rendem frutos capazes de alterar realidades para melhor. Enquanto estagiária-pivô, pude acompanhar o processo de aprendizado de cada estagiário que tive o dever (prazeroso e recompensador) de orientar. Ver um indivíduo se desenvolver e se transformar pelo conhecimento e, ao final, se reconhecer no trabalho produzido e perceber que enquanto parte, foi fundamental para que o todo não fosse algo defasado, é de uma satisfação que me faz ver sentido no trabalho que exerci. Poder colaborar com os dirigentes sindicais na luta pela melhoria das condições de trabalho da categoria de servidores, pelo reconhecimento destes e por fiscalizar os atos da administração pública em busca de governos que trabalhem efetivamente em prol da res pública me traz a certeza de que minha graduação não foi vazia e que devo me apropriar de toda a bagagem adquirida para ser sujeito atuante na consolidação da democracia em seu significado mais completo.

7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

A redução da assimetria de informação é condição necessária para uma atuação mais democrática, transparente e republicana da administração pública. Quando, por si só, o desenvolvimento de seus papéis não trabalha preconizado por princípios de

transparência, outras instituições e organizações propõe-se a trabalhar para tal fim, exercendo então fiscalização e incentivando participação cidadã e controle social. A parceria de estágio realizada entre SISMAR e Unesp aponta o quão importante é o envolvimento de organizações da sociedade civil em matérias da administração pública, principalmente no que diz respeito às finanças públicas e ao orçamento, pois, através da busca do objetivo de maior simetria informacional entre poderes executivos locais e sindicato, conquistam-se mais benefícios para a categoria de servidores públicos municipais e para a sociedade como um todo, e reforça o quão necessário e urgente se faz a transparência governamental para uma aproximação efetiva da sociedade para com a administração pública e estabelecimento de laços de confiabilidade, para que então haja redução de práticas clientelistas e corruptas no seio dos governos.

Durante o exercício de 2017, o grupo de estagiários da parceria realizou diversas pesquisas sobre os dados financeiros e orçamentários das nove prefeituras da base sindical do SISMAR em seus respectivos portais da transparência, e, quando as informações não eram encontradas, os estagiários solicitavam, através do sindicato, por meio de ofício (respaldado pela LAI) às prefeituras a disponibilização dos respectivos dados. Para dar continuidade às pesquisas, as buscas eram efetuadas em outros portais (Tribunais de Contas da União e do Estado – TCE e TCU; Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI) enquanto não obtínhamos respostas aos ofícios encaminhados. De todas as solicitações enviadas, apenas dois municípios responderam: Américo Brasiliense e Motuca. Ademais, através das pesquisas foi verificado que todos os portais e atos em relação às respostas dos ofícios de todos os municípios infringem, em alguma medida, as leis 101/00, 131/09 e 12.527/11. Todas as constatações apreendidas das pesquisas serviriam de informativos municipais para os dirigentes sindicais e também se configuraram como conteúdo que seria destinado aos blogs de Transparência Orçamentária Municipal via Internet – TOM Web – que também seriam criados pelos estudantes, e seriam uma espécie de banco de dados dos dados financeiros e orçamentários dos municípios para o sindicato, além de ferramenta didática e educativa para a categoria de servidores públicos municipais e qualquer indivíduo que pudesse vir a ter interesse na matéria de finanças públicas.

O suporte oferecido ao sindicato pelo produto resultante das análises financeiras conferiu maior legitimidade e qualificação na atuação da entidade durante a data-base de 2017, pois, diferentemente do que ocorria antes da instituição da parceria, os dirigentes sindicais estavam cientes das condições financeiras das prefeituras, o que, claramente, é um benefício proporcionado pela redução de assimetria de informação. Anteriormente, era comum que prefeitos, secretários e servidores comissionados se favorecessem da alta assimetria de informação em relação ao sindicato para gerar convencimento e ganhar as negociações da data-base, forçando o sindicato a ceder aos argumentos altamente técnicos e que, por falta de transparência e de conhecimento técnico ou profissional especializado que pudesse interpretá-los, não podiam ser combatidos com clareza e razoabilidade, colocando o sindicato em uma posição

desfavorecida. Assim sendo, em quase todas as municipalidades foram conquistados reajustes salariais, sendo o mais expressivo do município de Gavião Peixoto – 10%.

A parceria, sem dúvida, é um modelo de estágio a ser reproduzido para atenuar significativamente a escassez de estágios qualificados para os discentes do curso de Administração Pública da FCL/Ar, por envolver os estudantes diretamente com a sua área de formação, através da concretização de práticas formativas e pela possibilidade de aprenderem com atividades técnicas em contato direto com a política, o que confere uma formação com um recorte tecnopolítico e, logo, estudantes mais qualificados para atuar na Administração Pública. Ademais, o controle social e fortalecimento da entidade representativa da categoria de servidores públicos municipais gerado é indiscutível, visto que foi proporcionada maior apropriação de conhecimento aos dirigentes sindicais e condições de negociarem par a par com as prefeituras, trazendo benefícios e melhorias nas condições de trabalho dos servidores, fato que corrobora a necessidade de mais diálogo da academia com organizações da sociedade civil, demonstrando que o conhecimento acadêmico, se aplicado fora das paredes da universidade, pode favorecer o crescimento de todos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 29 set. 2017.

BRASIL. **Lei Complementar n. 101**, de 4 de maio de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em: 07 mai. 2017.

BRASIL. **Lei Complementar n. 131**, de 27 de maio de 2009. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/LCP/Lcp131.htm>>. Acesso em: 07 mai. 2017.

BRASIL. Ministério do Orçamento e Gestão. **Portaria 42**, de 14 de abril de 1999. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/legislacao/download/contabilidade/portaria42.pdf>>. Acesso em: 07 mai. 2017.

BRASIL. Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional. **Portaria n. 471**, de 31 de agosto de 2004. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/legislacao/download/contabilidade/portaria471.pdf>>. Acesso em: 07 mai. 2017.

BRASIL. **Lei n. 12.527**, de 18 de novembro de 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 07 mai. 2017.

DIPAM, perguntas e respostas. **SIM Online - Serviços Integrados do Município**. Disponível em: <<http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/espaco-empresarial/153325-dipam-perguntas-e-respostas.html>>. Acesso em: 08 nov. 2017.

História do SISMAR. **SISMAR**. Disponível em: <<http://www.sismar.org/historia-do-sismar>>. Acesso em 04 out. 2017.

LOPES, C. A. Acesso à informação pública para a melhoria da qualidade dos gastos públicos – literatura, evidências empíricas e o caso brasileiro. **Caderno de Finanças Públicas**, n. 8, p. 5-40, dez. 2010. Disponível em: <<http://www.esaf.fazenda.gov.br/assuntos/biblioteca/cadernos-de-financas-publicas-1/arquivo.2013-04-18.4951615613>>. Acesso em: 07 mai. 2017.

MOREIRAS, Luiz Maurício Franco; TAMBOSI FILHO, Elmo; GARCIA, Fabio Gallo. Dividendos e informação assimétrica: análise do novo mercado. **Revista de Administração**, v. 47, n. 4, p.671-682, 2012. Business Department, School of Economics, Business & Accounting USP. <http://dx.doi.org/10.5700/rausp1066>.

OCDE – Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económicos (2001). Practicas óptimas de la OCDE para lograr la transparencia presupuestaria. **Revista Internacional de Presupuesto Público**, n. 56, p. 109-119, Dic. 2004. 55

O que é TOM Web?. **Transparência Orçamentária Municipal Via Internet**. Disponível em: <<https://thetomweb.wordpress.com/about/>> Acesso em: 09 nov. 2017

PIRES, V. Transparência orçamentária municipal via internet (TOM Web) no contexto do revigoramento democrático e republicano: uma proposta. In: BRASIL. SECRETARIA DO ORÇAMENTO FEDERAL. **Orçamento Público** – III Prêmio SOF de Monografias – Coletânea. Brasília: MPOG/SOF, 2011, p. 11-48. Disponível em: < http://www.orcamentofederal.gov.br/educacao-orcamentaria/premio-sof-de-monografias/iii-premiosof/Tema_1_Valdemir_1_lugar.pdf >. Acesso em: 07 mai. 2017.

PIRES, Valdemir; MANCINI, Bruno; RAMALHEIRO, Geralda C. de F.. As limitações das finanças públicas municipais no federalismo fiscal brasileiro: o caso dos pequenos municípios - região administrativa central do estado de São Paulo 2006-2008. In: CASAGRANDE, Elton Eustáquio. **Intervenção fiscal e suas dimensões: teoria, política e governança**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 187-223.

PIRES, Valdemir A.. Avaliação do comportamento da Receita Municipal com ICMS: um modelo esquemático testado. **Impulso**, Piracicaba, n. 25, p.147-170, ago. 1999.

RAMALHEIRO, Geralda Cristina de Freitas. **O estágio supervisionado em administração pública no Brasil : entre virtudes e vicissitudes, identificadas e avaliadas no curso da UNESP de Araraquara**. São Carlos: UFSCar, 2016. 111 p.

SANCHEZ, Oscar Adolfo. O poder burocrático e o controle da informação. **Lua Nova** [online]. São Paulo, 2003, n.58, pp.89-119, 2003.

Unesp - FCL/Ar. **Regulamento de Estágio Curricular Supervisionado**. Disponível em: <http://www.fclar.unesp.br/Home/Graduacao/portaria_18_-_adm.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2017

ZAPICO GOÑI, E. Importância y posibilidades estratégicas de la transparencia del gasto a nível de políticas públicas. **Revista de Documentación Administrativa**, n. 286-287, p. 239-272, ene.-ago. 2010. Disponível em: < <https://revistasonline.inap.es/index.php?journal=DA&page=article&op=view&path%5B%5D=9671&path%5B%5D=9741>>. Acesso em 07 mai. 2017.

ZUCCOLOTTO, R.; TEIXEIRA, M. A. C.; RICCIO, E. L. **Transparência: reposicionando o debate**. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/21758069.2015v12n25p137/29393>>. Acesso em: 07 mai. 2017.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-392-7



9 788572 473927